

Do monocultivo da cana ao monocultivo do eucalipto, duas faces de uma mesma tragédia: considerações sobre o complexo madeira-papel-celulose em Alagoas

Lucas Gama Lima

Universidade Federal de Alagoas, campus Sertão – Delmiro Gouveia, Alagoas, Brasil
E-mail: lucas.lima@delmiro.ufal.br

Jéssica Lima Barbosa

Universidade Federal de Alagoas, campus Sertão – Delmiro Gouveia, Alagoas, Brasil
E-mail: jeslima92@gmail.com

Resumo

O texto tem como objetivo analisar a territorialização do capital no campo alagoano, através da expansão do complexo madeira-papel-celulose. Durante longo período, o monocultivo da cana-de-açúcar ocupou as melhores terras do estado, contudo, nos últimos anos, em face da crise do setor sucroalcooleiro, extensos hectares de terra, outrora destinados à gramínea, vêm cedendo espaço para o monocultivo do eucalipto. O fenômeno se insere como parte da acumulação mundializada de capitais, em que os capitalistas se apropriam de terras entre os trópicos para o monocultivo de árvores comerciais, articulando-o ao comércio de *commodities* e ao capital financeiro. Parte-se da hipótese de que as extraordinárias condições edafoclimáticas encontradas em Alagoas e o apoio oferecido pelo Estado servem como incentivo à substituição parcial da cana-de-açúcar pelo eucalipto. As contradições subjacentes ao fenômeno, a exemplo de fragilização da soberania alimentar do estado e de impactos ambientais, também são objeto da presente reflexão.

Palavras-chave: Capital; eucalipto; cana-de-açúcar; Estado; soberania alimentar.

From the monoculture of sugar cane to eucalyptus monoculture, two sides of the same tragedy: considerations about the wood-paper-cellulose complex in Alagoas

Abstract

The text aims to analyze the territorialization of the capital in Alagoa's agrarian space through the expansion of the wood-paper-cellulose complex. During a long period the monoculture of sugar cane occupied the best lands of the State, however within the last few years in the face of the sugar-ethanol sector crisis, extensive hectares of land, once designed to grasses, have been set as idle space to Eucalyptus monoculture. The phenomenon is inserted as part of the globalized accumulation of capitals context, in which capitalist stake possession of lands between the tropics for the monoculture of commercial trees, combining the trade of commodities, and to the financial capital. It is assumed that the extraordinary soil and climatic conditions found in Alagoas and the support offered by the State act as an incentive to the partial replacement the sugar cane for eucalyptus. The underlying contradictions regarding the phenomenon following the example of the State's food sovereignty weakening and of environmental impacts, also are objects in the present reflection.

Keywords: Capital; eucalyptus; sugar cane; State; food sovereignty.

Del monocultivo de la caña de azúcar al monocultivo del eucalipto, dos caras de la misma tragedia: consideraciones respecto al complejo madera-papel-celulosa en Alagoas

Resumen

El texto posee como objetivo analizar la territorialización del capital en el campo alagoano, a través de la expansión del complejo madera-papel-celulosa. Durante largo período, el monocultivo de la caña de azúcar ocupó las mejores tierras del estado, sin embargo, en los últimos años, a razón de la crisis del sector de azúcar y alcohol, hectáreas extensas de tierra, antes destinadas a la gramínea, han cedido espacio para el monocultivo del eucalipto. Se inserta el fenómeno como parte de la acumulación mundializada de capitales, en que los capitalistas acaparan tierras en la zona tropical para el monocultivo de árboles comerciales, vinculándolo al comercio de commodities e al capital financiero. Partimos de la hipótesis de que las extraordinarias condiciones edafoclimáticas subicadas en Alagoas y el apoyo ofrecido por el Estado sirven como incentivo para el reemplazo parcial de la caña de azúcar por eucalipto. Las contradicciones subyacentes al fenómeno, como el debilitamiento de la soberanía alimentaria del estado y los impactos ambientales, también son objeto de esta reflexión.

Palabras clave: Capital; eucalipto; caña de azúcar; Estado; soberanía alimentaria.

Introdução

A formação territorial alagoana esteve, desde a invasão portuguesa, durante o período colonial, soldada à cana-de-açúcar. Extensas áreas férteis de sua Zona da Mata e de seu Litoral foram apropriadas para o monocultivo da gramínea, forjando uma economia de base primária e altamente dependente do setor sucroalcooleiro.

Contudo, nos últimos dez anos, em face da crise que se abate sobre o mencionado setor, registra-se, por um lado, a diminuição da superfície cultivada e da quantidade de toneladas de cana-de-açúcar e, por outro lado, um crescimento vertiginoso dos hectares cultivados com eucalipto no estado.

Nesse sentido, a hipótese com a qual trabalhamos aponta para uma substituição parcial – dirigida pelo Estado e por corporações empresariais do agronegócio, sediadas ou não no estado – que tem paulatinamente removido o monocultivo da cana-de-açúcar em favor do monocultivo do eucalipto.

Em face do exposto, o trabalho tem como objetivo analisar a territorialização do capital no campo alagoano através da expansão do complexo madeira-papel-celulose. Parte-se da premissa de que se trata de um fenômeno em seu estágio inicial e inserido no contexto da mundialização da economia capitalista, em que se verifica a apropriação das terras situadas entre os trópicos para o cultivo de árvores comerciais.

Compreende-se que a expansão do complexo madeira-papel-celulose reforça a especialização da economia brasileira e, por conseguinte, alagoana, na produção de

commodities, que atendam às demandas do mercado mundializado, ao tempo que potencializa as contradições imanentes ao processo de acumulação do capital. O exercício analítico é guiado pelo materialismo histórico-dialético, por meio do qual os fenômenos sociais não podem ser explicados *per se*, senão como parte de uma totalidade contraditória, inscrita na história e em movimento.

Os dados e as informações aventados são de caráter primário e secundário, decorrentes de visita a um assentamento de reforma agrária e de consultas feitas aos documentos oficiais do Estado, dos grupos empresariais e de suas respectivas associações, além de fontes jornalísticas. Salientamos que a presente reflexão decorre dos estudos e das pesquisas em execução no âmbito do Observatório de Estudos sobre a Luta por Terra e Território (OBELUTTE) vinculado ao Grupo de Estudos e Pesquisas em Análise Regional (GEPAR/CNPq/UFAL). Esperamos que o texto contribua para descortinar os meandros da acumulação de capital do complexo madeira-papel-celulose no campo brasileiro, notadamente, em Alagoas, identificando suas irreformáveis contradições.

O eucalipto como *commodity*: a participação do Brasil no complexo industrial madeira-papel-celulose.

O eucalipto foi introduzido no país há mais de um século, mas seu plantio comercial é somente galvanizado durante a ditadura civil-militar (1964-1985). A esse respeito, camponeses, povos originários e comunidades quilombolas foram expropriados de suas terras para darem lugar ao avanço da monocultura desse gênero arbóreo no norte do Espírito Santo, no extremo sul da Bahia e em parte do Cerrado dos estados de Bahia, Goiás, Maranhão e Minas Gerais (PICCOLI, 2006; SILVA e PORTO-GONÇALVES, 2006). O Estado foi essencial para essa empreitada, uma vez que ofertou incentivos fiscais e afiançou a apropriação de terras por parte das empresas (SILVA, 2018)¹.

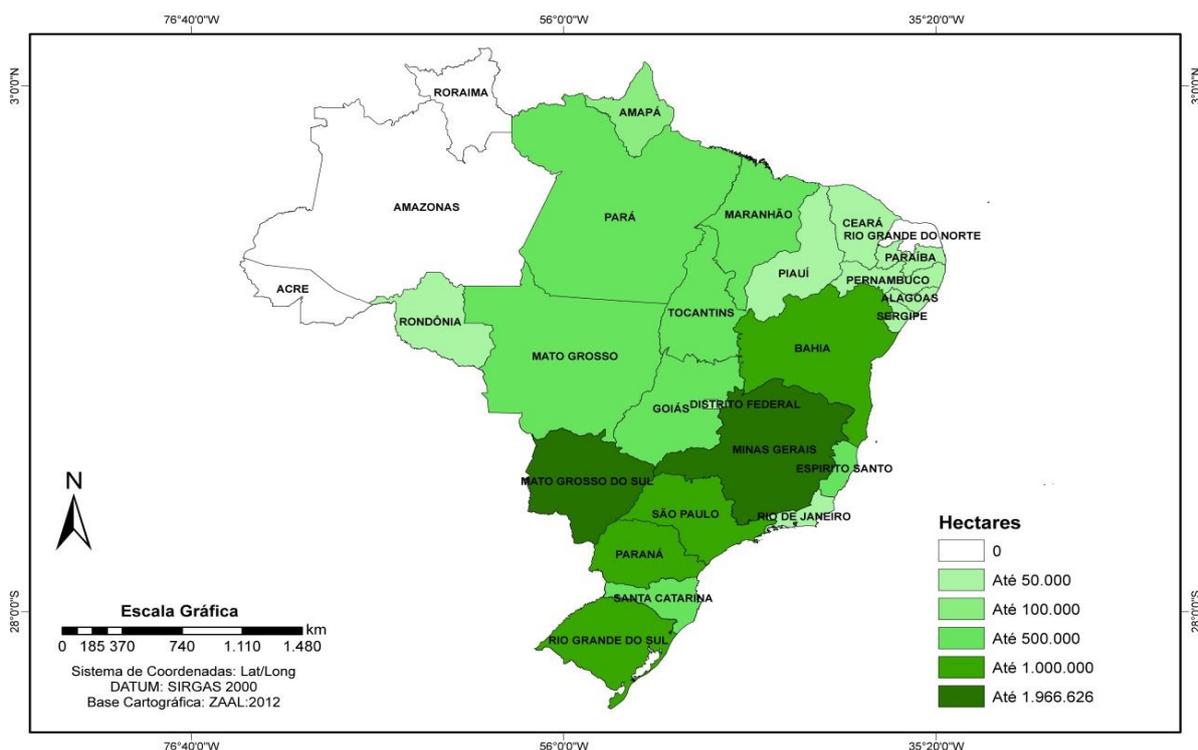
Atualmente, o Brasil possui papel de destaque no complexo industrial madeira-papel-celulose. De acordo com o IBGE (2018), o eucalipto (desconsiderando o pinus)² ocupa mais de 7,5 milhões de hectares e a produção de sua tora para papel, celulose, lenha e outras finalidades alcançou, aproximadamente, 150 milhões de m³ em 2018. Este desempenho converteu o país no segundo maior exportador de celulose do mundo, atrás, apenas, dos Estados Unidos, e à frente de países como Canadá, Suécia, Finlândia e Japão, notoriamente

¹ Situação semelhante também se verificou no Chile, quando a ditadura de Pinochet legitimou o cultivo de eucalipto no sul do país, resultando na usurpação de parte das terras dos indígenas Mapuche. Estes seguem resistindo até a presente data (CORREA, 2019).

² Apesar de integrar o complexo madeira-papel-celulose não analisaremos o cultivo do gênero arbóreo pinus, uma vez que ainda não se tem registro de sua presença no estado de Alagoas.

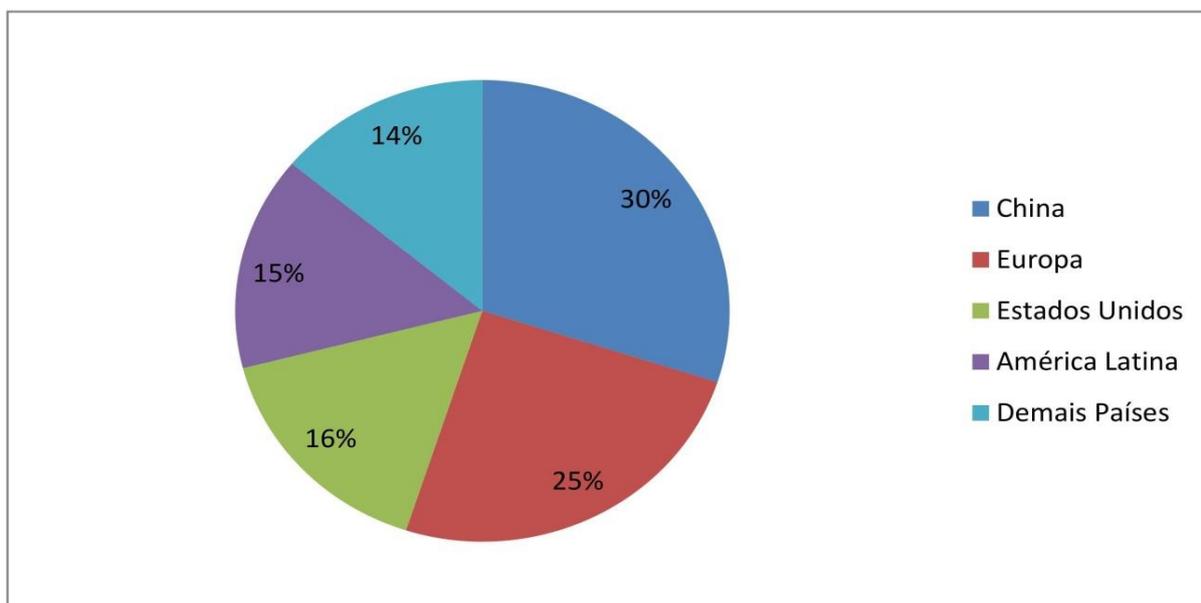
conhecidos produtores da pasta da madeira (IBÁ, 2019). As plantações de eucalipto estão presentes em todas as regiões do país, conforme mapa 1, radicadas principalmente nos estados de Minas Gerais e Mato Grosso do Sul – os dois com mais de 1 milhão de hectares – e São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul e Bahia – os quais figuram com mais de 500 mil e menos de 1 milhão de hectares.

Mapa 1- Localização dos cultivos de eucalipto no Brasil (2018)



Fonte: PEVS/IBGE, 2019. Organização: Jéssica L. Barbosa e Lucas G. Lima, 2019.

Os principais destinos da exportação do eucalipto e de seus derivados produzidos no Brasil são, em ordem, China, Europa, Estados Unidos e América Latina (IBÁ, 2019), conforme pode ser observado no gráfico 1:

Gráfico 1- Destino da exportação brasileira de eucalipto e seus derivados

Fonte: IBÁ, 2019. Organização: Jéssica L. Barbosa e Lucas G. Lima, 2019.

Registra-se que as condições edafoclimáticas existentes no Brasil se constituem em forte atrativo para os investimentos de capitais do complexo industrial de madeira-papel-celulose. A particular combinação de incidência solar, solo e disponibilidade de água aumentam, extraordinariamente, a produtividade e diminuem a rotação média (tempo entre o plantio e a colheita) do eucalipto. Enquanto no Brasil a produtividade média é de 36,0m³/ha ao ano, países como EUA e Canadá alcançam 10 e 5 metros cúbicos por hectare ao ano, respectivamente (IBÁ, 2019). Por sua vez, a rotação média no Brasil é de, aproximadamente, 5 anos, nos EUA é de pouco mais de 20 anos e no Canadá atinge mais de 30 anos (IBÁ, 2019). Essa aguda vantagem da produção entre os trópicos tem engendrado a territorialização do capital, através de corporações empresariais sediadas no país e multinacionais, guiadas pela possibilidade de avultada renda da terra e de diminuição da rotação do capital (OLIVEIRA e SANTOS, 2016; OSORIO, 2019).

Além das corporações empresariais sediadas no país e multinacionais, o complexo madeira-papel-celulose tem atraído empresas de investimento de gestão florestal (TIMO³, sigla em inglês). São “grandes investidores institucionais, tais como fundos de pensão, seguradoras, doações de fundações e escritórios familiares, os quais convertem seu capital para a compra de áreas florestadas” (VIANA, 2016, p. 3). Em outras palavras, diz respeito a fundos que consideram o negócio com árvores plantadas, como o eucalipto, um ativo com enorme potencial de valorização especulativa. De acordo com Ibá (2019), as TIMO’s detêm 10% dos plantios de árvores (eucalipto e pinus) em território brasileiro. Essa movimentação

³TimberlandInvestment Management Organization.

revela o grau de financeirização do complexo madeira-papel-celulose no país. Entre as TIMO's com atuação direta e indireta no Brasil estão os norte-americanos: Timberland¹ GP, pertencente ao grupo Global Forest Partners; Inflor Forest (SGF) controlado pela Brookfield e; o Resource Management Services (RMS). Ambos com atuação em vários estados da federação, notadamente, na porção centro-sul.

Interessante observar que as corporações empresariais e investidores institucionais do complexo madeira-papel-celulose se valem da retórica do capitalismo verde⁴, difundida por seus signatários, a exemplo da Organização das Nações Unidas (ONU). Por meio desta foi criado o REDD+, um instrumento desenvolvido pelas Partes na Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças do Clima (UNFCCC), que oferece incentivos aos países em desenvolvimento para reduzirem as emissões de CO₂ por meio, dentre outras medidas, da formação de estoques de carbono florestal (PNUD, 2019). Além do REDD+, o Acordo de Paris exorta seus participantes a adotarem medidas de redução de CO₂. Assim, por meio da retórica do capitalismo verde, o complexo madeira-papel-celulose vem obtendo e/ou reforçando polpidos incentivos fiscais, fornecidos pelo Estado, e legitimando a expansão de seus monocultivos sobre importantes parcelas de terras. O trecho seguinte, extraído da principal associação empresarial do setor – Ibá – ilustra esse movimento de modo cristalino:

Tema focal para as associadas e para a Ibá, as mudanças climáticas trazem risco e oportunidades. Em 2018, o estoque de CO₂ equivalente (CO₂eq) do segmento somou 4,2 bilhões de toneladas. O setor de árvores plantadas para fins industriais é um dos mais aptos a fortalecer os objetivos do Brasil no Acordo de Paris, que prevê reduzir as emissões dos gases do efeito estufa em 43% frente à realidade de 2005 [...] (IBÁ, 2019, p. 5;6).

Recentemente, a Suzano – empresa resultante da fusão da Suzano com a Fibria e uma das gigantes globais na fabricação de papel e celulose provenientes de eucalipto – anunciou o lançamento de um papel especial destinado à fabricação de canudos, denominado de Loop. O mencionado papel, derivado do eucalipto, é divulgado pelos porta-vozes do complexo madeira-papel-celulose como uma iniciativa que “vem para atender a carência do mercado em oferecer solução ecologicamente correta” (CEPEA, 2019, p. 10).

A despeito desse apelo à preservação do meio ambiente, consideramos que o complexo madeira-papel-celulose está assentado em infundáveis contradições. Seu apelo ambiental é um embuste e oculta que:

- a) As plantações de eucalipto se baseiam, majoritariamente, em monocultivos, ocupando parcelas consideráveis de terras que poderiam ser destinadas à

⁴ Wallis (2012) argumenta que os defensores do capitalismo verde buscam unir duas propostas antagônicas ao defenderem concomitantemente o capitalismo e a defesa dos ecossistemas, ignorando que a história do capitalismo é marcada pelo desprezo ao meio ambiente.

produção de alimentos (THOMAZ JUNIOR, 2010). Um fato que confirma seus rebatimentos sobre a soberania alimentar;

- b) A expansão do eucalipto impacta negativamente na oferta de empregos. Consoante DIEESE (2014) e Lima et al (2016), a contratação de trabalhadores para a silvicultura e o monocultivo de árvores é menor que o registrado em outros setores, em razão do uso intenso de máquinas e insumos químicos;
- c) O monocultivo de eucalipto afeta a disponibilidade hídrica, provocando desequilíbrios na recarga subterrânea de água (OLIVEIRA; MENEGASSE; DUARTE, 2002; SILVA e PORTO-GONÇALVES, 2006) e em outros corpos hídricos;
- d) Os plantios de eucalipto estão associados à contaminação das fontes de água pela deriva dos agrotóxicos. Adicionalmente, também é responsável pela diminuição da biodiversidade da fauna, da flora e dos solos (ESKINAZI e SOUZA, 2013).

As contradições mencionadas começam a aflorar no estado de Alagoas com o recente *boom* do eucalipto em terras outrora destinadas ao monocultivo da cana-de-açúcar. Buscaremos na próxima seção contextualizar a instalação do complexo madeira-papel-celulose no campo alagoano, identificando e considerando alguns de seus desdobramentos.

A instalação do complexo madeira-papel-celulose em Alagoas

A formação territorial alagoana ancorou-se na produção de cana-de-açúcar, para a qual foram destinadas grandes e férteis parcelas de terra da Zona da Mata e do Litoral, na Mesorregião Leste do estado (LINDOSO, 2000; ALMEIDA, 2018). Por meio da cana formaram-se os grupos empresariais do setor sucroalcooleiro, controlados, de modo geral, pelas oligarquias locais (LIRA, 1997).

Ao longo da história, o setor sucroalcooleiro do estado sempre gozou de robustos subsídios estatais, por meio de políticas de crédito e desoneração fiscal, devidamente examinadas por Lira (2007) e Carvalho (2009). Tal fato revela a hegemonia política exercida por essa fração da burguesia em Alagoas (COSME, 2019), capaz de soldar os rumos econômicos deste aos (dis)sabores daquela.

O controle sobre grandes e importantes parcelas de terra e a correspondente hegemonia política dessa fração da burguesia resultaram na marginalização da soberania alimentar em Alagoas⁵. Compreendida como “o direito de cada nação ou região a manter e

⁵ Esse é apenas um dos desdobramentos. Um outro, cujo propósito e alcance do presente texto não nos permite abarcar, é a superexploração dos trabalhadores canavieiros, conforme analisam Verçosa e Silva (2017).

desenvolver sua capacidade de produzir colheitas de alimentos básicos com a diversidade de cultivos correspondente” (ALTIERI, 2010, p. 24), a soberania alimentar sempre foi secundarizada pelas ações do Estado, o que fez de Alagoas um estado importador de parte de seus alimentos (LESSA, 2013), em especial, de hortifrutigranjeiros (LAGES et al, 2013).

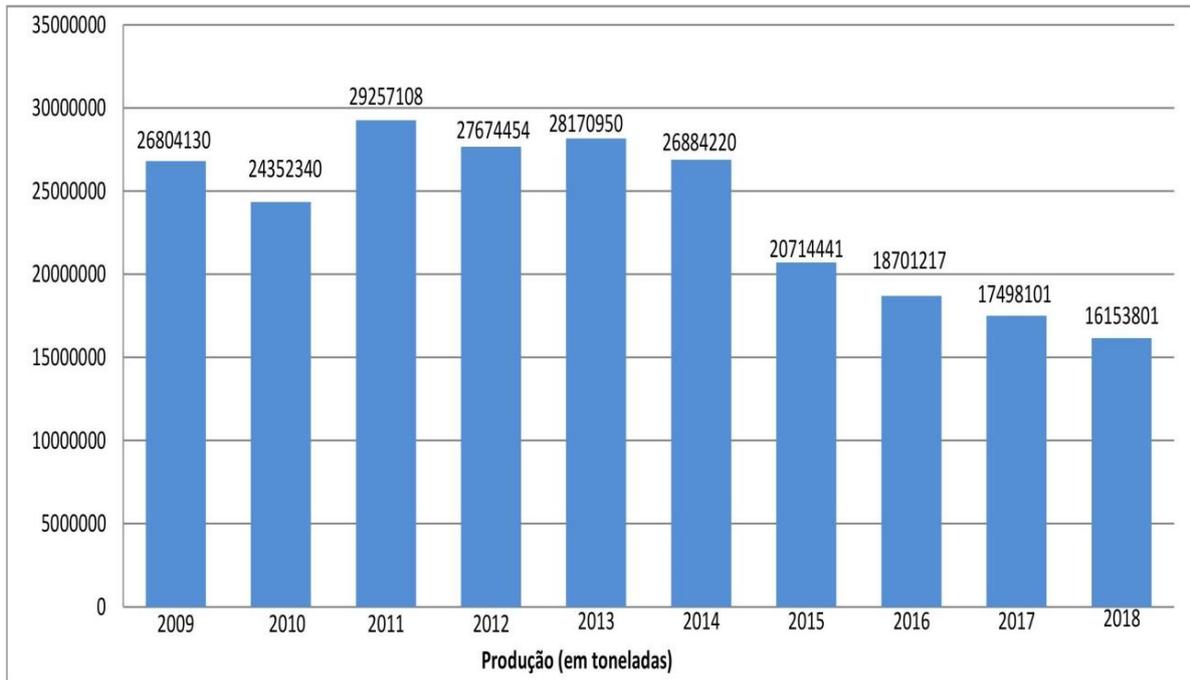
É importante observar que Alagoas tem grande dificuldade em produzir alimento suficiente para atender a demanda de sua população, tornando-se importador da maior parte dos alimentos consumidos dentro dos seus limites geográficos (SILVA JÚNIOR, 2014, p. 85).

Recentemente, em face da crise que se abate sobre o setor sucroalcooleiro em Alagoas, a Federação da Indústria do Estado de Alagoas (FIEA) em parceria com a Universidade Federal de Viçosa (Minas Gerais), através da empresa CLONAR, realizaram experimentos com clones de espécies de eucalipto, em alguns municípios das três regiões Mesorregiões do estado (SENAI, 2018). Esses experimentos apontaram a Mesorregião Leste como possuidora de viabilidade técnica para o plantio do eucalipto, “apresentando experimentos com produtividade acima de 80m³/ha” (SENAI, 2018, p. 111).

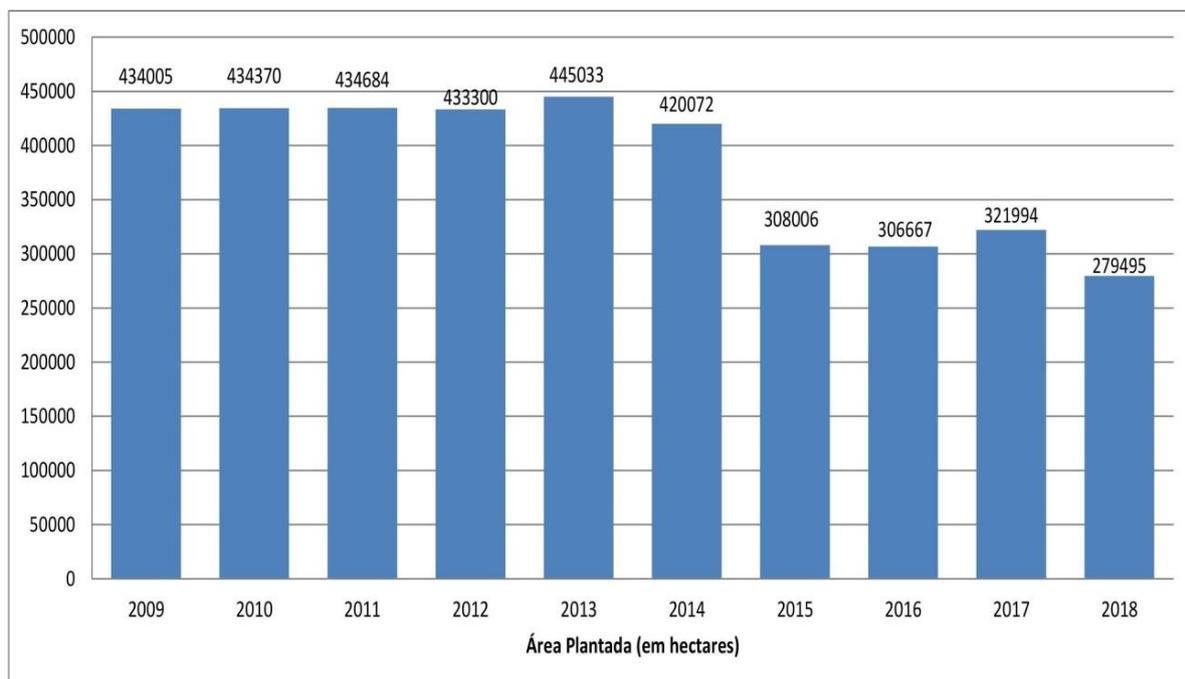
Assim, a FIEA tem defendido sistematicamente o investimento de capitais no eucalipto como uma realidade promissora. Por conseguinte, o governo de Alagoas, atendendo aos interesses da FIEA e dos poderosos grupos empresariais do setor sucroalcooleiro radicados no estado, fomenta a substituição parcial da cana-de-açúcar pelo eucalipto⁶ (SEDETUR, 2015a e b; SEPLAG, 2017). De acordo com o SENAI (2018), significativos plantios de eucalipto podem ser localizados em perímetros de conhecidas usinas cana-de-açúcar, como Serra Grande, Grupos Carlos Lyra e Usina Santo Antônio.

Os números oficiais já registram uma diminuição da produção e dos hectares de cana-de-açúcar em Alagoas. No gráfico 2 verifica-se uma diminuição da produção da gramínea nos último dez anos, alcançando uma queda de quase 40% em relação ao ano de 2009. No gráfico 3 consta a diminuição da área com cana-de-açúcar no último decênio. Essa regressão correspondeu a pouco mais 35% da superfície cultivada em 2009.

⁶ O governo de Alagoas também tem incentivado o monocultivo da soja.

Gráfico 2- Alagoas: produção de cana-de-açúcar (2009-2018)

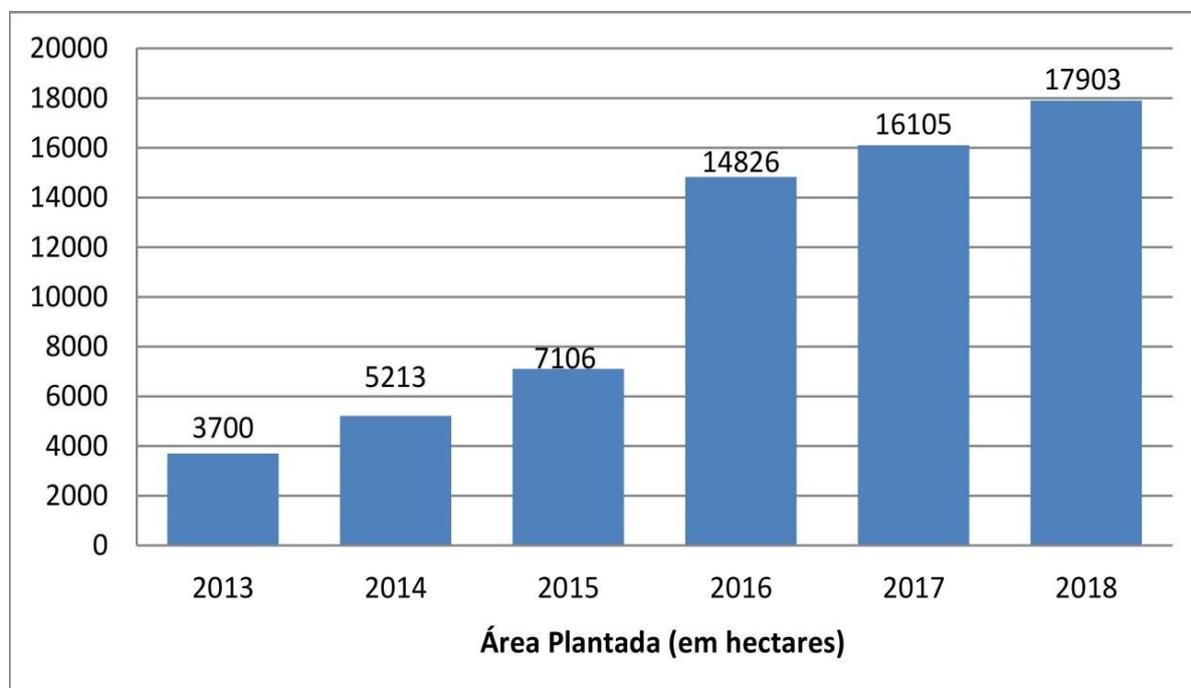
Fonte: PEVS/IBGE, 2019. Organização: Jéssica L. Barbosa e Lucas G. Lima, 2019.

Gráfico 3- Alagoas: área plantada com cana - de - açúcar (2009-2018)

Fonte: PEVS/IBGE, 2019. Organização: Jéssica L. Barbosa e Lucas G. Lima, 2019.

Por sua vez, a área plantada com árvores de eucalipto se elevou extraordinariamente. O gráfico 4 revela o impressionante crescimento de, aproximadamente, 384% da área plantada com eucalipto entre 2013 e 2018⁷. É visível a alteração da paisagem rural nas áreas dos municípios outrora destinadas à cana-de-açúcar, conforme se verifica no mapa 2. Neste consta a espacialização do eucalipto em Alagoas. Observa-se que o plantio do eucalipto ocorre no lócus espacial historicamente atrelado à gramínea. Destacam-se os municípios de Maceió, Atalaia, Flexeiras, Messias, Paripueira e Viçosa, todos na Mesorregião Leste, que possuem entre 700 e 8.000 hectares de eucalipto cultivado. É preciso salientar que o cultivo da mencionada árvore alcança municípios da Mesorregião Agreste como Arapiraca, Girau do Ponciano e Palmeira dos Índios.

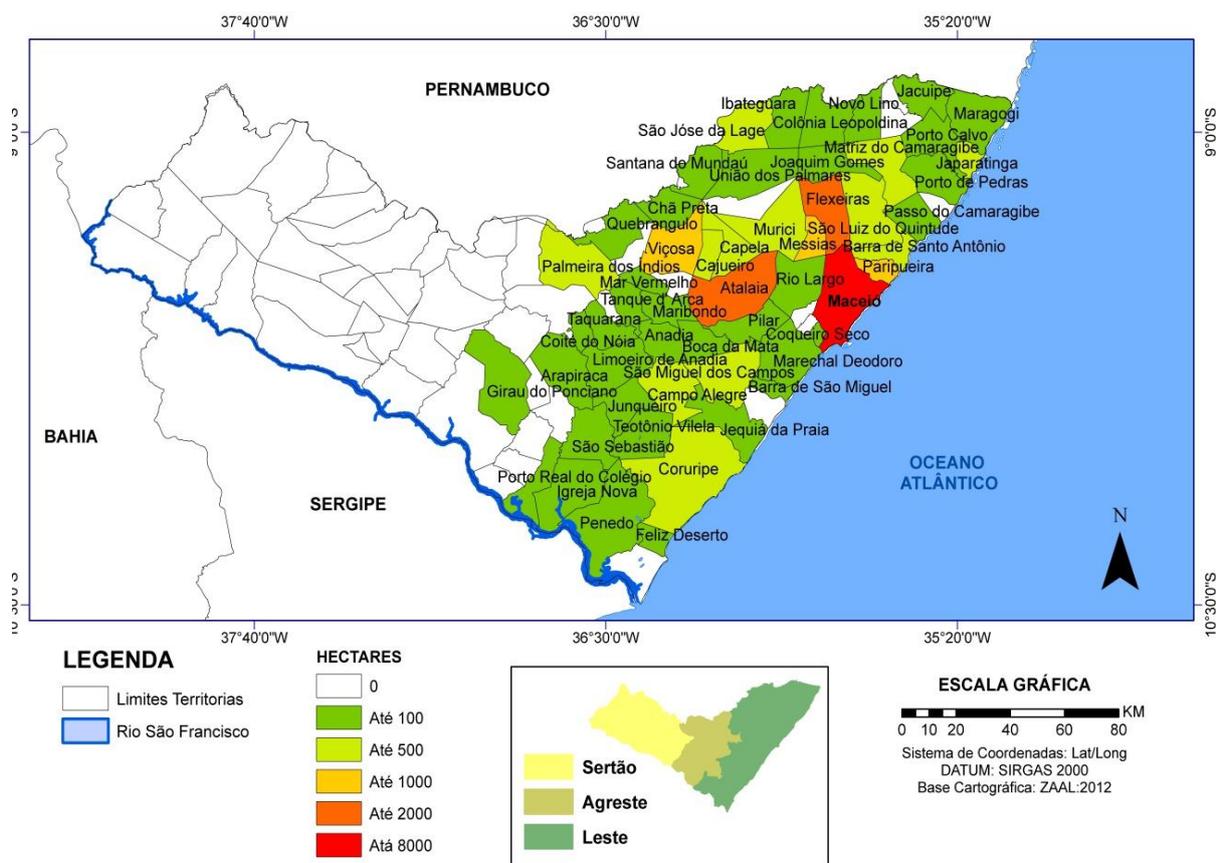
Gráfico 4- Alagoas: área plantada com eucaliptos (2013-2018)



Fonte: SEDETUR, 2015b; PEVS/IBGE, 2019. Organização: Jéssica L. Barbosa e Lucas G. Lima, 2019.

⁷ Não dispomos de dados sobre volume produzido de eucaliptos, pois as plantações no estado de Alagoas são recentes.

Mapa 2- Localização dos cultivos de eucalipto em Alagoas (2018)



Fonte: PEVS/IBGE, 2019. Organização: Jéssica L. Barbosa e Lucas G. Lima, 2019.

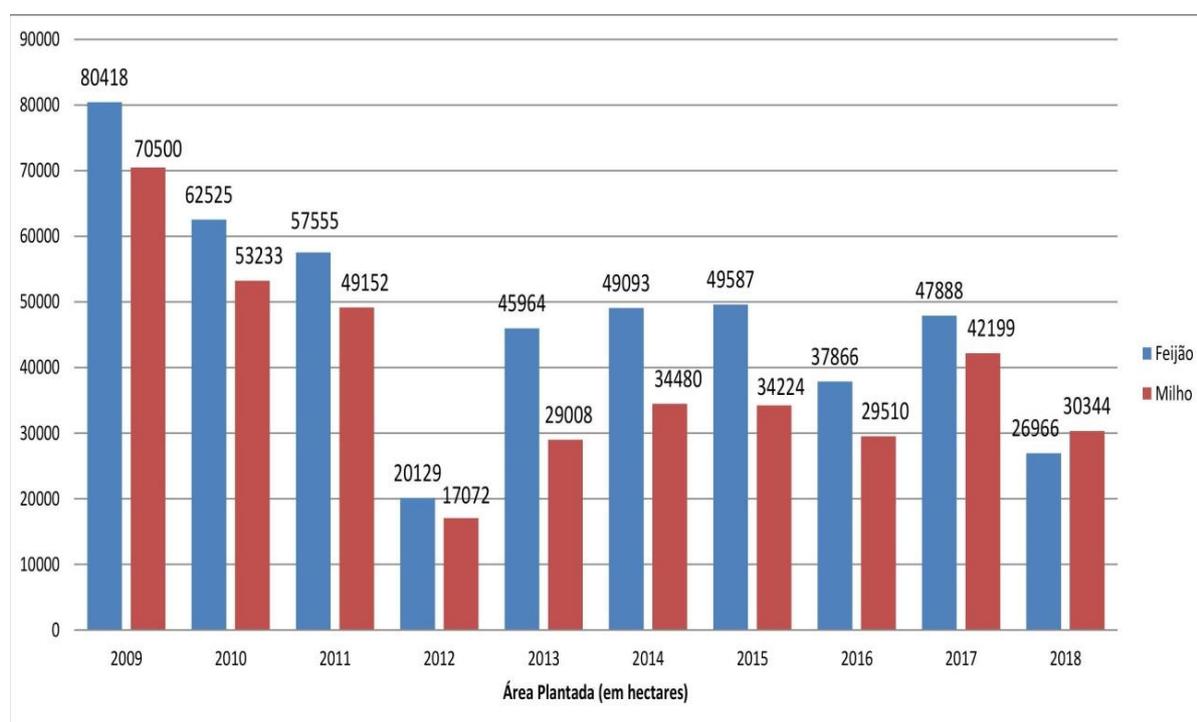
No tocante ao eucalipto, a narrativa do Estado tem se valido da condição edafoclimática para o fomento dessa árvore comercial e a atração das corporações empresariais. De acordo com o Atlas de Bioenergia de Alagoas, uma publicação conjunta da Secretaria do Desenvolvimento Econômico e Turismo (SEDETUR, 2015a) e da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), a produtividade média de eucalipto no estado é de 45 a 50 m³/ha/ano, superior à produtividade nacional, a saber: 36 m³/ha/ano⁸.

Trata-se de uma nítida tentativa de usar a extraordinária condição edafoclimática para estimular o monocultivo do eucalipto entre os grupos empresariais vinculados às oligarquias locais, bem como atrair corporações do complexo madeira-papel-celulose de maior verticalização e conectadas ao capital financeiro. Um dos exemplos de recente mobilidade espacial do capital é a Duratex Florestal S.A., que se instalou no estado por meio de uma *joint venture* com a Usina Caeté (cana-de-açúcar), pertencente ao Grupo Carlos Lyra, originando a Caetex Florestal S.A. (VALOR MERCADO, 2017).

⁸ Esse dado está em desacordo com a versão do SEBRAE. De acordo com este, os resultados experimentais apontam uma produtividade média de eucalipto em Alagoas de 60 m³/ha/ano (SENAI, 2018). De qualquer maneira, as duas versões preconizam uma produtividade superior à encontrada em âmbito nacional.

Contudo, as expectativas de êxito econômico presentes à narrativa adotada pelo Estado, oligarquias locais e corporações do complexo madeira-papel-celulose ocultam as contradições decorrentes da substituição parcial de um monocultivo por outro. A soberania alimentar fragilizada de Alagoas pode se agravar com o apoio ao eucalipto. Os dados oficiais indicam a diminuição da oferta de itens importantes da alimentação dos alagoanos como feijão e milho⁹. Nos gráficos 5 e 6 consta a inflexão para baixo dos dois itens. De acordo com a PAM/IBGE (2019), houve a regressão de 66% da superfície agrícola de feijão e de quase 57% de milho no último decênio. De igual maneira foi identificada a diminuição do volume produzido dos dois itens em 76% e 40%, respectivamente¹⁰, no mesmo intervalo temporal.

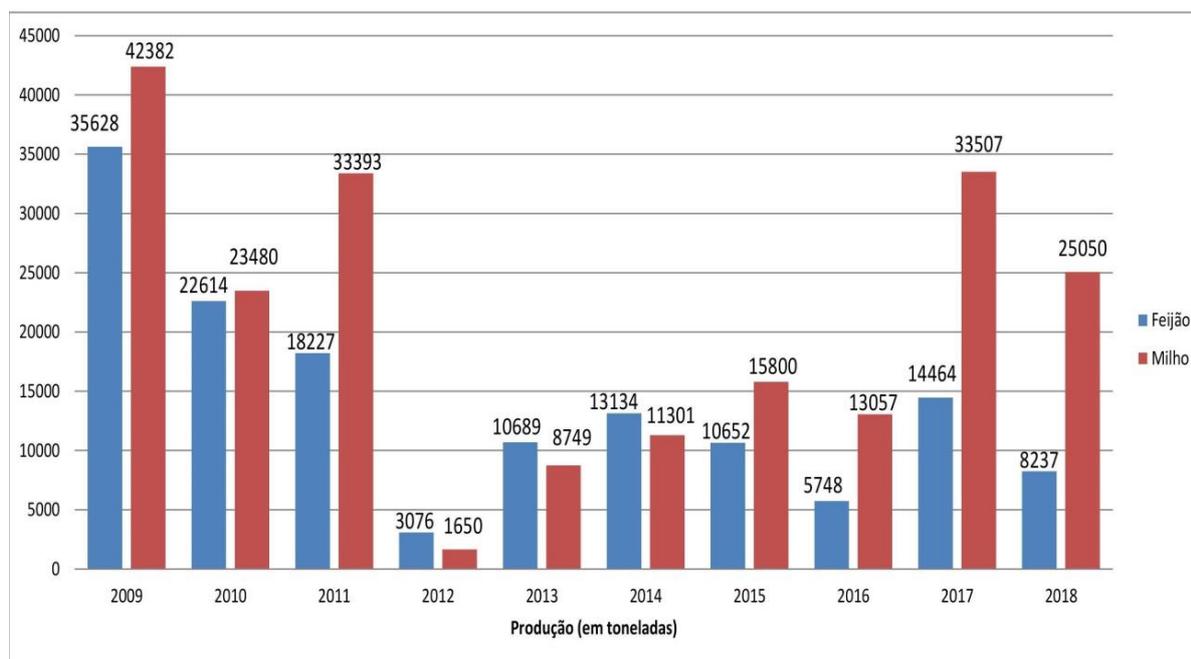
Gráfico 5- Alagoas: área plantada com feijão e milho (2009-2018)



Fonte: PAM/IBGE, 2019. Organização: Jéssica L. Barbosa e Lucas G. Lima, 2019.

⁹ É preciso reconhecer que a produção de raízes como batata doce e mandioca tem apresentado acentuado crescimento nos últimos anos, em Alagoas, de acordo com a PAM/IBGE (2019).

¹⁰ Há um agravante. Além da diminuição da superfície cultivada e da produção de feijão em Alagoas, os dados oficiais da CONAB (2019) indicam uma ausência de estoque da leguminosa no estado desde o ano de 2013.

Gráfico 6- Alagoas: produção de feijão e milho (2009-2018)

Fonte: PAM/IBGE, 2019. Organização: Jéssica L. Barbosa e Lucas G. Lima, 2019.

Salienta-se ainda que Alagoas ocupa o penúltimo lugar na área plantada e na produção de feijão entre os estados do Nordeste, à frente, apenas, de Sergipe, e ocupa o último e penúltimo lugar em área plantada e quantidade produzida de milho, respectivamente, à frente, unicamente, do estado do Rio Grande do Norte (PAM/IBGE, 2019).

Apesar desse quadro indiscutivelmente preocupante para a soberania alimentar de Alagoas, o Estado considera salutar o crescimento do monocultivo de árvores de eucalipto e vislumbra que a “eucaliptocultura [...] em um futuro muito próximo, virá a ocupar o segundo lugar entre as lavouras mais plantadas no estado, suplantando a mandioca, ficando somente atrás da cana-de-açúcar” (SEDETUR, 2015b, p. 116).

Vale mencionar a situação enfrentada pelos moradores do Assentamento Flor do Bosque, localizado no município de Messias, Mesorregião Leste do estado. No assentamento mais de 40 famílias produzem, há duas décadas¹¹, variados alimentos, como frutas, raízes e leguminosas, cujos excedentes são comercializados em feiras da região e de Maceió.

O assentamento sempre foi circundado por extensões de terra atreladas ao setor sucroalcooleiro, contudo, a partir de 2016, o monocultivo da cana-de-açúcar foi substituído pelo monocultivo do eucalipto, conforme é possível observar nas figuras 1 e 2.

¹¹ Foram dez anos de acampamento e já são 12 anos de assentamento formado.

Figura 1- Plantação de eucalipto em propriedade vizinha ao assentamento Flor do Bosque



Fonte: trabalho de campo, setembro de 2018. Organização: Jéssica L. Barbosa e Lucas G. Lima, 2019.

Figura 2- Roçado de um dos assentados do Flor do Bosque. Ao fundo, plantação de eucalipto.



Fonte: trabalho de campo, setembro de 2018. Organização: Jéssica L. Barbosa e Lucas G. Lima, 2019.

De acordo com os moradores do Flor do Bosque, os eucaliptos plantados nas terras que circundam parte do assentamento pertencem ao grupo Carlos Lyra que, conforme já mencionado alhures, integra uma *joint venture*, intitulada Caetex, com a corporação empresarial Duratex. A proximidade com o assentamento é mencionada pela própria Caetex,

em documento intitulado Plano de Manejo Florestal – Resumo Público 2019. Nele constam o assentamento (embora não faça menção ao nome do mesmo), uma fazenda e um vilarejo como “pontos com potencial de impactos sociais” (CAETEX FLORESTAL, 2019, p. 8).

Os camponeses do Flor do Bosque já identificam impactos sociais. Seguramente, o maior prejuízo para o assentamento foram as pulverizações aéreas realizadas nos primeiros anos do plantio. De acordo com os moradores, a deriva do agrotóxico se desprendia dos aviões agrícolas e alcançava seus corpos hídricos e plantações, resultando na perda de frutas e hortaliças. Algo que inspira preocupação, uma vez que a comunidade vislumbra obter o selo de certificação para produtos orgânicos. Recentemente, quando da visita do prefeito de Messias ao assentamento, os assentados reportaram o fato e exigiram que tal situação não voltasse a ocorrer.

Embora os assentados não atribuam a responsabilidade pela diminuição da disponibilidade hídrica de suas cacimbas ao eucalipto, reportam que o fato passou a ser notado após o plantio das árvores. A esse respeito, Gurgel (2018) adverte que os eucaliptos em Alagoas vêm ocupando áreas propensas à regeneração da Mata Atlântica, podendo acarretar regressão dos níveis de água. Ademais, Gurgel (2018) destaca que o impacto do plantio de eucalipto não apresenta “alteração positiva ou neutra para o ambiente de forma geral, mesmo já ocorrendo em uma área antropizada, com cana-de-açúcar” (Ibid, p. 7).

Por fim, os assentados do Flor do Bosque registram a diminuição da presença da força de trabalho na localidade. De acordo com os camponeses, quando predominava o monocultivo da cana-de-açúcar o número de trabalhadores empregados pelo setor sucroalcooleiro era bem maior, mesmo com o uso de máquinas. Fato que se alterou substancialmente com a substituição da gramínea por eucalipto em 2016.

Considerações Finais

O crescimento do cultivo de eucaliptos no país, como parte do complexo madeira-papel-celulose guarda íntima relação com a ação do Estado por meio de variados estímulos (SILVA, 2018). Em Alagoas não tem sido diferente, o Estado assume um papel de destaque para a substituição parcial da cana-de-açúcar pelo monocultivo de eucalipto, atendendo aos interesses de grupos empresariais pertencentes à oligarquia local e corporações mais verticalizadas, a exemplo da Duratex.

O campo alagoano – em especial, a Mesorregião Leste, na qual se encontram solos férteis, disponibilidade hídrica e radiação solar – tem se convertido num lócus do eucalipto, vide o crescimento da superfície cultivada de quase 400%, nos últimos seis anos. Numa economia capitalista de acumulação mundializada, a mobilidade do capital persegue a

possibilidade de lucros extraordinários e rápidos, por isso a mencionada condição edafoclimática se constitui em atrativo para a instalação de empresas do complexo madeira-papel-celulose, uma vez que fornece as condições objetivas mínimas para obtenção de maior produtividade e curta rotação.

Consideramos que a substituição parcial do monocultivo da cana-de-açúcar pelo monocultivo do eucalipto representa duas faces de uma mesma tragédia, qual seja: a ausência de soberania alimentar. O Estado em Alagoas negligenciou o abastecimento alimentar, fazendo dessa unidade da federação uma histórica importadora de variados alimentos, já que a prioridade das políticas públicas sempre se destinou a contemplar as demandas do setor sucroalcooleiro. Não obstante os dados oficiais apontarem que nos últimos dez anos parte considerável da superfície cultivada e do volume de produção de feijão e milho – itens importantes da alimentação do povo alagoano –diminuíram, o Estado segue seu curso, fomentando o monocultivo do eucalipto e reforçando a vulnerabilidade do abastecimento alimentar.

Acrescenta-se que a expansão do eucalipto na Mesorregião Leste além de ocupar as terras mais férteis do estado e de se apropriar de importantes mananciais de água, acarreta dificuldades para as pequenas propriedades e assentados de reforma agrária, como os camponeses do Flor do Bosque, vitimados pela deriva de agrotóxicos de um vizinho indesejado. Assim, avaliamos que a recente instalação do complexo madeira-papel-celulose no campo alagoano recrudescer as contradições da apropriação capitalista da terra e sinaliza uma iminente/eminente tragédia.

Referências

ALAGOAS. **Atlas de Bioenergia de Alagoas 2015**. Maceió: Secretaria do Desenvolvimento Econômico e Turismo – SEDETUR; Universidade Federal de Alagoas, 2015a.

ALAGOAS. **Balço Energético do Estado de Alagoas - BEAL (ano base 2014)**. Maceió: Secretaria do Desenvolvimento Econômico e Turismo – SEDETUR, 2015b.

ALAGOAS. **Diversificação produtiva como alternativa para a área canavieira de Alagoas**. Maceió: Secretaria de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio –SEPLAG, 2017.

ALMEIDA, L. S. de. **A formação histórica de Alagoas (I): rotas de acumulação do açúcar**. Maceió: EDUFAL: Imprensa Oficial Graciliano Ramos, 2018.

ALTIEIRI, M. A. Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar. **Revista Nera**, Presidente Prudente, ano 13, n.16, p. 22-32, 2010.

ANGEIRAS, G. J. de S. L. **Mapear a implantação de florestas energéticas em Alagoas**. Governo de Alagoas: Secretaria do Desenvolvimento Econômico e Turismo, 2017. 30p.

BRASIL. CONAB. **Série Histórica de Estoques Públicos por UF - Feijão**. 2019. Disponível em: <<https://www.conab.gov.br/index.php/estoques/estoques-por-uf>> Acesso em: 20 out. 2019.

BRASIL. IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura (PEVS) 2018**. IBGE: Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/9105-producao-da-extracao-vegetal-e-da-silvicultura.html?=&t=resultados>. Acesso em: 19 out. 2019.

BRASIL. IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Produção Agrícola Municipal (PAM) 2018**. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pam/tabelas>. Acesso em: 12 jul. 2019.

CAETEX FLORESTAL. Plano de Manejo Florestal. Resumo Público 2019. Maceió: CAETEX FLORESTAL, 2019. Disponível em: <https://www.usinacaete.com/wp-content/uploads/2019/04/ResumoPblicoPlanodeManejoCaetex20191-1.pdf>. Acesso em 25 out. 2019.

CARVALHO, C. P. de. **Análise da reestruturação produtiva da agroindústria sucroalcooleira alagoana**. Maceió: EDUFAL, 2009.

CEPEA. Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada- ESALQ/USP. Informativo Setor Florestal, nº 210, junho de 2019. Disponível em: <https://www.cepea.esalq.usp.br/upload/revista/pdf/0641207001564076162.pdf>. Acesso em 23 out. 2019.

CORREA, V. G. A resistência florestal mapuchelavkenche ao modelo florestal chileno. **Boletim 245 WRM**, p. 30-32, 2019.

COSME, C. M. **A resistência do campesinato assentado em uma formação territorial marcada pela contrarreforma agrária: da luta pela terra à luta para permanecer no território dos assentamentos rurais no Sertão alagoano**. 2019. 522f. Tese (Doutorado em Geografia). Departamento de Ciências Geográficas da Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2019.

DIEESE. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. O mercado de trabalho assalariado rural brasileiro. DIEESE, São Paulo, 2014. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/estudosepesquisas/2014/estpesq74trabalhoRural.pdf>. Acesso em: 23 set. 2019.

ESKINAZI, B. G.; SOUZA, J. G. de. Especialização produtiva e homogeneização territorial: a monocultura de eucalipto no Vale do Paraíba Paulista e as transformações nas dinâmicas de produção. **Revista Pegada: A revista da Geografia do Trabalho, Presidente Prudente**, v. 14, n. 2, p. 194-211, 2013.

GURGEL, V. A. **Transformações nas dinâmicas espaciais no estado de Alagoas com a inserção da eucaliptocultura na mesorregião geográfica do Leste alagoano**. 2018. 102f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Instituto de Geografia, Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2018.

IBÁ. Relatório Anual 2017. IBÁ: Brasília, 2017. Disponível em: http://iba.org/images/shared/Biblioteca/IBA_RelatorioAnual2017.pdf Acesso em: 14 jul. de 2019.

LAGES, A. M. G. et al. O abastecimento atacadista de hortigranjeiros em Maceió: uma análise introdutória. In: SILVA, A. M. A. da (Org.). **Economia de Maceió: diagnóstico e**

propostas para construção de uma nova realidade. Brasília: IPEA; Maceió: Edufal, 2013.p. 197-214

LESSA, G. L. Por um programa agrário para a esquerda alagoana. In: ALMEIDA, L. S. de; LIMA, J. C. da S.; OLIVEIRA, J. dos S. (Orgs.). **Terra em Alagoas**: temas e problemas. Maceió: EDUFAL, 2013.p. 309-324

LIMA, A. R.; GIRARDI, E. P.; MANCIO, D.; NUNES, D. da C. Impactos da monocultura do eucalipto sobre a estrutura agrária nas regiões norte e central do Espírito Santo. In: **Revista NERA**, ano 19, n. 34, p. 12-36, 2016.

LINDOSO, D. **Formação de Alagoas Boreal**. Maceió: Edições Catavento, 2000.

LIRA, F. J. de. **Crise, privilégio e pobreza**: Alagoas no limiar do terceiro milênio. Maceió: EDUFAL, 1997.

LIRA, F. J. de. **Formação da riqueza e da pobreza de Alagoas**. Maceió: EDUFAL, 2007.

OLIVEIRA, F. R. de; MENEGASSE, L. N.; DUARTE, U. Impacto ambiental do eucalipto na recarga de água subterrânea em área de cerrado, no Médio Vale do Jequitinhonha, Minas Gerais. **Revista Águas Subterrâneas**, São Paulo, s/n, p.1-10, 2002.

OLIVEIRA, J. T. de; SANTOS, J. de L. O monocultivo de eucalipto como expressão capitalista da busca de territórios de consumo. In: RAMOS FILHO, E. da S.; MITIDIERO JUNIOR, M. A.; SANTOS, L. R. S. **Questão agrária e conflitos territoriais**. São Paulo: Outras Expressões, 2016. p. 37-56.

OSORIO, J. **O Estado no centro da mundialização**: a sociedade civil e o tema do poder. Expressão Popular: São Paulo, 2019.

THOMAZ JUNIOR, A. O agrohidronegócio no centro das disputas territoriais e de classe no Brasil do século XXI. **Revista Campo-Território**: revista de geografia agrária, Uberlândia, v. 5, nº 10, p. 92-122, 2010.

PICCOLI, D. Eucalipto, o (deserto) verde maldito: atos de uma disputa... com muitos perdedores! **Revista Cadernos do CEAS**: revista crítica de humanidades, Salvador, n. 222, p. 1-10, 2006.

PNUD. Um-reddProgrammeCollaborativeWorkspace. 2019. Disponível em: <https://www.unredd.net/about/what-is-redd-plus.html>. Acesso em: 20 out. 2019.

SILVA, C. E. M.; PORTO-GONÇALVES, C. W. Água, Cerrado, Eucalipto e Gente. **Revista Cadernos do CEAS**: revista crítica de humanidades, Salvador, n. 222, p. 1-4, 2006.

SILVA JÚNIOR, A. B. da. **Distorções e contradições no cinturão agrícola alagoano: aspectos da produção e comercialização agrícola entre 2008 e 2011**. 123f. Dissertação (Mestrado em Economia). Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2014.

SILVA, T. L. A.da. A apropriação capitalista da silvicultura e sua lógica de produção no espaço. **Revista Terra Livre**, São Paulo, ano 33, v. 1, n. 50, p.159-199, 2018.

VALORMERCADO. Duratex vai investir R\$ 1,1 bilhão e transformar Alagoas no maior polo moveleiro do Nordeste. VALORMERCADO: Maceió, 2017. Disponível em: <http://valormercado.com.br/destaque/2017/10/duratex-vai-investir-r-1-1-bilhao-e-transformar-alagoas-no-maior-polo-moveleiro-do-nordeste/>. Acesso em: 14 jul. 2019.

VERÇOSA, L. V. de; SILVA, M. A. de MORAES. Cana, labor e adoecimento: a afirmação do nexu causal como uma forma de resistência. **Revista Século XXI: Revista de Ciências Sociais**, Santa Maria, v. 17, n.1, p. 216-256, 2017.

VIANA, C. M. Investindo fundos de capital institucional em florestas através das timos: conceituação, descrição do processo e cenário das timos no Brasil. 2016. Disponível em: <http://www.florestal.gov.br/documentos/informacoes-florestais/premio-sfb/iv-premio/monografias-iv-premio/graduando-3/2600-iv-premiosfb-1-lugar-categoria-graduando-camila-maciel-viana/file>. Acesso em: 20 out. de 2019.

WALLIS, V. Para além do “capitalismo verde”. In: GALVÃO, A. et al. **Capitalismo: crises e resistências**. São Paulo: Outras Expressões, 2012. p. 21-48

Sobre os autores

Lucas Gama Lima - Docente da Universidade Federal de Alagoas, Campus Sertão. Graduação, Mestrado e Doutorado em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). **ORCID:** 0000-0003-4504-7753

Jéssica Lima Barbosa - Graduanda em Geografia pela Universidade Federal de Alagoas, campus Sertão. **ORCID:** 0000-0002-8489-8684

Como citar este artigo

LIMA, Lucas Gama; BARBOSA, Jéssica Lima. Do monocultivo da cana ao monocultivo do eucalipto, duas faces de uma mesma tragédia: considerações sobre o complexo madeira-papel-celulose em Alagoas. **Revista NERA**, v. 24, n. 59, p. 133-151, Dossiê, 2021.

Declaração de Contribuição Individual

O artigo foi construído conjuntamente pelos autores. Ambos idealizaram e assumiram a redação do manuscrito. O autor **Lucas Gama Lima** se responsabilizou pelo desenvolvimento teórico-conceitual, interpretação dos dados e revisão textual. A autora **Jéssica Lima Barbosa** se responsabilizou pela coleta, análise e interpretação dos dados, bem como, construção de mapas e gráficos.

Recebido para publicação em 20/09/20
Devolvido para a revisão em 08/06/21
Aceito para a publicação em 12/06/21